



CONSELHO ADMINISTRATIVO FUNSERV

Mandato 2020/2024

Exercício 2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REFERÊNCIA JANEIRO/2021 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA-FUNSERV

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, realizou-se, em caráter excepcional, devido ao Estado de Calamidade decretado no Município de Sorocaba (Decreto nº 25663/20), face à pandemia do COVID-19, reunião do Conselho Administrativo de modo não presencial, através da plataforma denominada Zoom. Em atenção à convocação do Presidente do Conselho, em primeira chamada às 18h00 e em segunda chamada às 18h15, deu-se início à reunião, onde deliberaram sobre o que segue:

SEÇÃO – I: FASE DE EXPEDIENTE (art. 17 da Lei Municipal nº4169/1993): A) Verificação de quórum: iniciando a reunião, o Sr. Fábio, presidente do Conselho Administrativo, passou a conduzir a pauta, após abertura oficial, verificação de quórum e saudação. A conselheira Perla Reje Gutierrez Almenara justificou a impossibilidade de participação na reunião. Alguns conselheiros apresentaram dificuldades de conexão, inclusive por estarem a trabalho remotamente ou em locais externos, pelo que, a listagem de presença está flexibilizada neste período de pandemia. Quórum verificado para dar início à reunião e votações, delegou ao Sr. Edgar as funções de secretário para a presente reunião.

SEÇÃO – II: FASE DA ORDEM DO DIA: (arts. 18 e seguintes da Lei Municipal nº4169/1993).

ITEM 1 - APROVAÇÃO DO PARECER/ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: Concedida a palavra ao Sr. Edgar, gestor dos recursos do RPPS, informou que foram enviadas, via e-mail, aos membros do Conselho, as atas, bem como o parecer do Comitê de Investimentos, decorrente da reunião realizada em 18/01/2021. Entendeu pertinente destacar alguns pontos tratados naquela reunião e que constam no material encaminhado. Informou que, ao final de dezembro/20, os recursos alocados em renda fixa, totalizaram R\$ 1.342.504.339,98, o que representa 72,08% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de 1,91% no mês, com retorno de R\$ 25.184.012,93. No segmento de renda variável, o montante foi de R\$ 519.979.280,55; o que representa 27,92% e, neste segmento, a rentabilidade foi de 6,19%, com retorno de R\$ 30.328.238,99. Informou que, findo o exercício de 2020, a rentabilidade da carteira, no ano, foi de 3,83%, abaixo, portanto, da Meta Atuarial de 10,24% (IPCA + 5,50% a.a.). O retorno acumulado no ano foi de R\$ 71.712.480,08. Destacou que, embora o resultado da carteira tenha sido abaixo da meta atuarial, é importante contextualizar com a realidade enfrentada em 2020 e a crise econômica nacional e global, decorrente da pandemia de Covid-19. Isto posto, esclareceu que algumas rotinas de investimento, que tem sido discutidas pelo Comitê e aprovada pelo Conselho Administrativo, mensalmente, como é o caso da remuneração paga pelo Fundo Imobiliário (CAIXA RIO BRAVO) e das rotinas de fluxo de caixa, possam ser definidos para todo o ano de 2021 e, caso haja fato relevante, tal decisão poderá ser reavaliada. Assim, esclareceu que as propostas do Comitê de Investimentos, referente às aplicações mensais para todo o ano, são as seguintes: a) que os rendimentos pagos pelo Fundo Imobiliário Rio Bravo (CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11 -

CNPJ: 17.098.794/0001-70), no montante aproximado de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) por mês, sejam aplicados no fundo: CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FI RENDA FIXA, CNPJ: 23.215.097/0001-55, que vem apresentando boa performance, e; b) que os recursos do fluxo de caixa sejam alocados, via de regra, no BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP - CNPJ: 13.077.418/0001-49 e no caso destes recursos, eventualmente, ingressarem após às 17h, sejam alocados no fundo BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO - 13.077.415/0001-05; visto que são utilizadas contas no Banco do Brasil para recebimento de recursos e pagamento das obrigações da FUNSERV na área de previdência. Além disto, apresenta, como proposta do Comitê de Investimentos, que os recursos novos, que devem ingressar no início do mês de Fevereiro/21, em torno de R\$ 10 milhões, sejam alocados no fundo multimercado ITAÚ PRIVATE S&P500® BRL FIC MULTIMERCADO – CNPJ: 26.269.692/0001-61. Finalizando a apresentação, abriu a palavra aos membros do Conselho. A Sra. Silvana, presidente da Funserv, aproveitou a oportunidade para esclarecer que a reunião, realizada em 18/01, foi a primeira com a nova composição do Comitê de Investimentos, agradecendo, especialmente, a participação dos novos membros. Informou que ela e a Sra. Marise está em processo de atualização da certificação. A respeito do resultado apresentado, esclareceu que, o fato do resultado ficar abaixo da meta atuarial não foi uma realidade apenas da Funserv, mas que afetou a todos. Destacou a gestão responsável dos recursos investidos e que, no decorrer de 2020, mesmo vivendo momento de turbulência, as decisões foram assertivas, destacando sempre a busca que todos têm por conhecimento, tendo em vista sempre as melhores oportunidades de aplicação dos recursos. Após, não havendo outras manifestações sobre o assunto, o presidente colocou em votação as propostas apresentadas, sendo aprovadas por unanimidade.

ITEM 2 - ANÁLISE DAS CONTAS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Em seguida, a Sra. Marise apresentou as informações de receitas e despesas da assistência à saúde, compiladas até dezembro/2020. Esclareceu que, no mês de dezembro, houve o repasse da contribuição sobre o 13º salário, assim, a contribuição dos servidores foi de R\$ 11.638.911,74; a contribuição patronal foi de R\$ 5.753.712,72; maior que nos demais meses. Destacou que o repasse, pelos Órgãos da administração, é realizado regularmente, sem atrasos, o que é muito importante para a gestão dos recursos da assistência à saúde. Informou que, dado o bom momento da bolsa de valores, em dezembro/20, a receita patrimonial, decorrente da rentabilidade dos investimentos, foi de R\$ 766.918,79; e que o valor total da receita foi de R\$ 18.170.619,33, frente às despesas liquidadas de R\$ 10.414.583,10, com resultado superavitário de R\$ 7.756.036,23, no mês e, no ano, houve resultado superavitário de R\$ 10.107.806,58. Destacou que o saldo acumulado reflete a qualidade da gestão da saúde da Funserv, a qual, inclusive, possui credibilidade junto aos usuários e prestadores de serviço; além de, como citado, o repasse em dia das contribuições pelos Órgãos. Assim, o saldo acumulado em 2020 é muito importante, visto que 2021 não será um ano fácil. A Sra. Silvana aproveitou para explicar os desafios da gestão de saúde como, por exemplo, os custos altos, especialmente, em UTI, com volume impactado pelas internações decorrentes de Covid-19, e que, além das internações, há de se considerar também os gastos para tratamento das sequelas desta enfermidade. Lembrou que, em função de Lei Federal, não haverá reajuste salarial aos servidores públicos. Dessa forma, o superávit acumulado em 2020 será muito importante para o pagamento das despesas da saúde para este ano, inclusive, para a manutenção na qualidade do atendimento. O Sr. Fábio ressaltou a boa gestão que a Funserv tem feito, especialmente, na área da saúde, administrando com consciência os recursos, o que é muito importante, ainda mais, na situação que temos vivenciado. A Sra. Silvana lembrou ainda que, neste mês, a Funserv passou a contar com três auditores na saúde, função esta que

colabora significativamente na economia dos recursos. Esclareceu que a Sra. Graziela, enfermeira que ingressou na função de auditoria na saúde, está em treinamento e, após esta fase, a expectativa é de que 100% das tarefas de auditoria sejam realizadas pois, atualmente, as duas auditoras conseguem auditar pouco mais de 60% das contas hospitalares. O Sr. José Antonio informou que a auditoria tem gerado economia em torno de duzentos mil reais, assim, com a abrangência de todas as contas hospitalares, se espera uma economia ainda maior. Além disto, citou que os médicos que integram o quadro da Funserv passaram também a realizar auditorias médicas nos hospitais. A Sra. Silvana destacou que as medidas administrativas que vem sendo adotadas, tais como as auditorias externas e internas que são realizadas e a busca pela melhoria na gestão e no controle; visam a manutenção na qualidade do atendimento, além de zelar pelos recursos financeiros da assistência à saúde. A Sra. Laíde, gestora administrativa da saúde, aproveitou para destacar que houve uma economia de R\$ 2,5 milhões na compras de órteses e próteses, graças ao esforço nas negociações. Além disto, informou do projeto para implantar ferramentas para melhorar ainda mais as cotações destes itens. O Sr. José Antonio informou ainda do projeto de recadastramento dos usuários da saúde, para sanear o cadastro, destacando a importância da atualização do banco de dados, inclusive, para realizar um estudo atuarial da assistência à saúde. A Sra. Silvana agradeceu a Sra. Laíde, gestora administrativa da saúde e ao Dr. Setembrino, supervisor técnico, pela atuação, não só na busca pela melhor gestão dos recursos financeiros da saúde, mas também pela gestão do atendimento dispensado aos usuários da assistência à saúde, zelando pela qualidade dos serviços prestados.

ITEM 3.: VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI 147/20: A Sra. Silvana informou aos membros do conselho a respeito do andamento do Projeto de Lei nº 147/20. Primeiramente, ressaltou, aos membros, as pessoas que seriam beneficiadas com tal projeto: aqueles que perderam a possibilidade de inclusão de dependentes à adequada época, permitir a adesão dos aposentados que perderam o vínculo em função da perda da complementação e adequar o pagamento pelos pensionistas. Informou que, após a aprovação pelo legislativo, o projeto foi vetado, integralmente, pelo executivo. O veto se deu em função de vício de iniciativa e deverá retornar à Câmara para apreciação, conforme o trâmite de praxe. A Sra. Ana Paula indagou em qual gestão ocorreu o veto, sendo esclarecido pela Sra. Silvana que o veto ocorreu nesta gestão. O Sr. Marcelo indagou se o prazo previsto na lei está em vigência, sendo esclarecido, pela Sra. Silvana, que, como a lei não está em vigência, não está contando o prazo nela previsto. A Sra. Ana Paula questionou ainda se, no caso da inclusão dos dependentes, como não haveria despesa de responsabilidade da Prefeitura, caso fosse mantida apenas esta questão, se não restaria sanado o vício de iniciativa. A Sra. Silvana esclareceu que pode se interpretar que, como a lei alteraria legislação atinente aos servidores públicos, competiria somente ao executivo propor tal projeto. O Sr. José Antonio destacou que a Funserv é de acordo com o projeto de lei e que este posicionamento foi manifestado ao legislativo e ao executivo, tendo em vista que o projeto beneficiará aos servidores, aos aposentados e pensionistas.

ITEM 4.- ASSUNTOS GERAIS: O Presidente abriu à palavra aos membros do conselho para assuntos gerais. O Sr. José Antonio informou aos presentes sobre a reforma elétrica que ocorrerá no prédio sede da Funserv e que deve se iniciar na próxima semana, esclarecendo que a adequação da estrutura elétrica é fundamental para melhorias. Citou melhorias no ambiente interno, como por exemplo, atender à demanda dos aparelhos de ar condicionado instalados, bem como dos demais equipamentos, como da área de informática. Informou que o orçamento da Funserv previu recursos suficientes para honrar com este compromisso. Destacou ainda a necessidade de reformas no prédio, não só na parte elétrica, mas também no teto, com danos mais perceptíveis após as últimas chuvas. O Sr.

Marcos, membro do Conselho Fiscal, parabenizou a Diretoria Executiva pela forma de gestão profissional que tem conduzido a Funserv. O Sr. José Antonio destacou que, durante o período de reforma, não haverá interrupção no atendimento prestado pela Funserv. O Sr. Marcos sugeriu a compra de imóveis vizinhos e o Sr. José Antonio informou que esta possibilidade é analisada pela Diretoria, contudo, dado o momento vivenciado, com a pandemia de coronavírus, esta análise passa ser ainda mais criteriosa. A Sra. Silvana destacou as melhorias realizadas pelas gestões anteriores, que vinha sendo realizado dentro do que era necessário, citando o exemplo da manutenção do elevador. O Sr. José Antonio entende que tais despesas não devem ser encaradas como gastos, mas investimentos, visto que são melhorias que revertem em prol aos servidores, que terão um local mais adequado para seu atendimento. A Sra. Ana Paula destacou que, como o prédio é vinculado à área de assistência à saúde, da Funserv, as manutenções eram realizadas dentro das possibilidades financeiras, pois os recursos para sua manutenção são bastante escassos, visto que quase todo o recurso é utilizado para pagamento das despesas dos usuários. O Sr. José Antonio esclareceu ainda que há duas salas comerciais, localizadas no centro da cidade, que pertenciam à SPM e que foram herdadas pela Funserv, mas ainda não havia documento legitimando esta posse. Informou que a Funserv possui ação judicial, em trâmite e, assim, espera que, em breve, estas salas passem a compor o patrimônio da Funserv. O Sr. Fábio questionou o valor da reforma elétrica. O Sr. José Antonio informou que será no valor de R\$ 170.527,53 (cento e setenta mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e três centavos). Após isto, o Sr. Marcos Trindade informou que está em processo de renovação de sua certificação e que entrará em contato com a Diretoria Administrativa, visto que não conseguiu acessar o site da ANBIMA. Em seguida, a Sra. Laíde, gestora da saúde, informou que o Hospital Modelo estará sem atendimento de pediatria a partir de Fevereiro/21. Assim, os usuários que necessitem deste atendimento, devem procurar a Clínica CLIMESO ou Hospital Samaritano. Informou ainda que esta informação será divulgada aos usuários, mas entende importante o conhecimento por parte dos membros do Conselho. Esclareceu ainda que os atendimentos de Pronto Atendimento, em Hospitais ou Clínicas, devem ser utilizados para atendimentos de urgência/emergência e que, para atendimentos de rotina, devem se utilizar o atendimento diretamente no consultório médico, destacando a importância da conscientização dos usuários acerca disto.

SEÇÃO III – ENCERRAMENTO: O presidente, após verificar que não existiam mais assuntos a serem tratados, deu encaminhamento ao encerramento da reunião, agradecendo a todos pela presença. Não havendo nada mais a tratar, encerraram-se os trabalhos às 19h15min, e para constar eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, secretário designado, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e posteriormente publicada junto ao site da Funserv, ficando a próxima reunião ordinária a ser marcada de acordo com o interesse público e disponibilidade dos conselheiros.

Sorocaba, 25 de janeiro de 2021.

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Secretário Designado

PRESENTES NA REUNIÃO:

Ana Paula Favero Sakano	Membro Titular
Anésia de Moraes Rosa	Membro Titular
Cilsa Regina Guedes Silva	Membro Titular
Edgar Aparecido Ferreira da Silva	Membro Titular - Controlador Interno
Fábio Salun Silva	Membro Titular – Presidente do Cons. Adm.
Jefferson Luis de Oliveira	Membro Titular
José Antonio de Oliveira Júnior	Membro Titular - Licenciado - Dir. Adm. e Financeiro
Juliana Aparecida Ribeiro	Membro Titular
Luiz César Domingues Moraes Sobrinho	Membro Titular
Maria Angélica Martins Alves Porto	Membro Titular
Marilda Aparecida Correa	Membro Titular
Marise de Souza Simão	Membro Titular - Gestora dos Recursos do RPPS
Pedro de Oliveira Rosa	Membro Titular
Setembrino Ferraz Júnior	Membro Titular
Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto	Membro Titular - Presidente da FUNSERV
Wanderlene Aparecida Lopes Mariano	Membro Titular
Gêmea Maria Pires	Membro Suplente
Marcelo Stefani	Membro Suplente
José Marcos Trindade	Membro Titular do Conselho Fiscal
Laíde Aparecida Trindade	Gestora Administrativa da Saúde